

As máximas de Capanema

RAUL PILLA

SÃO as máximas conceitos destacados, que valem por si mesmos. Mas, se o autor enuncia várias máximas, claro é que entre elas não deve haver contradição, sob pena de perderem o vigor e se anularem.

Depois de nos ter dado o apólogo da manga-espada e da manga-rosa, brindou-nos o eminente sr. Gustavo Capanema com uma série de máximas políticas, com que pretende condenar a reforma parlamentarista. Entre elas, porém, não há a necessária coerência.

Assim, parlamentarismo e presidencialismo são formas ideais de governo democrático e puro academicismo será demonstrar que uma é melhor do que a outra. O país que não fôr capaz de governar-se bem com o sistema presidencial haverá de governar-se mal com o sistema parlamentar. E, depois de estabelecer tão categóricamente a indiferença relativa dos sistemas de governo, diz o ilustre líder, contradizendo-se, que a substituição do presidencialismo pelo parlamentarismo seria uma grave aventura e poderia ser um crime. Onde estaria a aventura, se, como diz, o sistema política nada altera? Poder-se-ia considerar aventura a simples mudança de veste?

Portanto, pelo menos algumas das máximas do filósofo Capanema devem estar erradas. No meu entender, estão-no tôdas, inclusive a que se apresenta sob o patrocínio do «mestre Francisco de Campos». Se para o Brasil — no julgamento do redator da carta ditatorial de 1937 — nenhum dos sistemas — presidencial ou parlamentar — é o melhor, porque todos são maus, algum deve ser o pior. Naturalmente o parlamentar, por ser o mais democrático...

Simple exercício acadêmico, indigno da dialética do político avisado, considera o sr. Capanema a demonstração de que uma determinada forma de governo democrático é melhor do que a outra. Simple exercício acadêmico será, se a dissertação se fizer numa academia; mas decisão das mais relevantes há de ser, se a questão se propuser numa assembléia de «políticos avisados», que tenham por dever dar ao País o melhor governo possível. Se a democracia é um dos conceitos fundamentais da vida moderna, cabe sempre indagar o modo mais ou menos adequado com que tal conceito praticamente se realiza. Ou isto está certo, ou eu não compreendo porque o outrora todo-poderoso ministro da Educação não baniu das escolas, por inútil, o Direito Constitucional e outras disciplinas igualmente acadêmicas...